



v.14, n.1, 2017
Setembro-Dezembro
Dossiê 150, 100, 50

**CRÍTICA E METAFÍSICA: O LEGADO FILOSÓFICO DE
KARL MARX**
[CRITICISM AND METAPHYSICS: THE PHILOSOPHICAL
LEGACY OF KARL MARX]

Hans-Georg Flickinger
Universität Kassel, Alemanha

RESUMO ABSTRACT

Trata-se de uma investigação do conteúdo filosófico da obra de Karl Marx. Analisa-se a herança filosófica de Marx no interior do seu programa investigativo, elaborando uma ponte teórica entre o conteúdo filosófico e econômico da crítica da economia política.

It is an investigation of the philosophical content of Karl Marx's work. Marx's philosophical heritage is analyzed within his research program, drawing a theoretical bridge between the philosophical and economic content of the critique of political economy.

PALAVRAS-CHAVE KEYWORDS

Marx. Filosofia.
Crítica da economia política.

Marx. Philosophy.
Critique of political economy.

Quem revisita hoje o pensamento de Marx é suspeito de fazer o que, no século XIX, os jovens hegelianos da esquerda fizeram com Hegel; a saber, trata-lo como “cão morto”. Entretanto, a revitalização da visão liberal em nível internacional, ao longo das últimas décadas, e seus desastrosos efeitos sociais e econômicos tornam a obra de Marx novamente um referencial teórico importante. Mesmo tendo lançado sua crítica social no século XIX, Marx volta a desafiar os economistas e pensadores políticos contemporâneos. Sua descoberta da lógica liberal é de uma atualidade surpreendente para os analistas do espírito neoliberal. Dividindo as opiniões, a obra de Marx também está presente nos debates sobre o manejo dos problemas de uma sociedade cada vez mais refém do capitalismo globalizado. Pergunta-se, então, pelas razões que fazem com que a obra de Marx continue oferecendo um arsenal valioso para nossa compreensão da atual dinâmica sociopolítica.

Ao primeiro olhar parece ser natural que a teoria de Marx exerça impacto maior no âmbito político-econômico. O subtítulo do livro *O Capital*, isto é, “crítica da economia política”, sugere essa orientação. Em consequência disso, não pode surpreender que essa temática predomine nos debates entre os intelectuais, postergando a pesquisa filosófica de Marx para o segundo plano. Esquece-se frequentemente que seu pensamento é enraizado na filosofia. Corre-se assim o risco de perder de vista a importância de seu caminho investigativo, que interconecta a economia com a filosofia. Sua crítica da sociabilidade capitalista representa um projeto filosófico com consequências sociopolíticas. Por isso, a revalorização do Marx filósofo revelar-se-á a condição imprescindível para entendermos o que ele defende como método da crítica social; um método que denuncia a leviandade dos debates entre posições meramente ideológicas.

Os Impulsos iniciais

Sabe-se que o jovem Marx sentiu-se atraído pela literatura clássica e pela filosofia. Contrariando o desejo do pai, ele abandonou os estudos do Direito. Devido a ambições acadêmicas, Marx escolheu o lugar alemão intelectualmente mais desafiador na época, isto é, a universidade de Berlim. Dominado pelo espírito do Idealismo Alemão – representado, em primeira linha, pelos pensamentos de J.G. Fichte e G.W.F. Hegel - esse lugar era propício para quem quisesse envolver-se nos debates sobre os pilares ético-políticos da sociedade recém sacudida pelas ideias liberais da burguesia e pelo desdobramento do capitalismo selvagem, ambos em plena ascensão.

Como se sabe, as discussões sobre a filosofia hegeliana, no famoso *Doktorclub* de Berlim, ascendeu-se a partir do dissenso referente à interpretação correta da filosofia política do mestre. A Filosofia do Direito de Hegel foi saudada pela ala conservadora que nela viu a legitimação teórica do novo espírito da sociedade burguesa, ao passo que os críticos socialistas se decepcionaram com seu pensamento político abandonando logo sua filosofia como um todo. Marx se sentiu desafiado exatamente por esse tratamento radical que a filosofia de Hegel sofreu nas mãos dos jovens esquerdistas. Segundo ele, esses



sonhadores de uma nova ordem social não teriam entendido o modo de como se deveria criticar uma teoria séria, repudiada apenas por razões ideológicas. Como criticar uma teoria considerada a expressão certa da realidade sociopolítica na época - eis o foco que Marx decidiu escolher como fio condutor de suas investigações, opondo-se com isso aos demais simpatizantes políticos. Tomando a filosofia de Hegel como exposição correta do estágio de desenvolvimento da sociedade liberal-burguesa, Marx viu na crítica dessa filosofia o meio adequado para criticar, de mãos dadas, essa realidade. Por conseguinte, seu projeto crítico usou a conceituação filosófica para detectar a lógica inscrita a essa realidade. Tratou-se da elaboração do modelo de uma crítica filosófica em oposição à luta entre ideologias, na qual os ideólogos não se dispõem a questionar e, menos ainda, a revisar os critérios que sustentam sua própria opinião.

Outro impulso que contribuiu à reformulação do método da crítica social encontra-se numa fonte hoje raramente lembrada. Falo da Tese de doutorado, entregue por Marx em 1841. Este texto decididamente filosófico, que trata de um problema tradicional do atomismo grego, avalia os dois modelos, escolhidos por Epicuro e Demócrito, para explicar o movimento em si fechado do cosmos. Os dois pensadores recorrem à ideia do átomo - uma unidade indivisível portanto - como princípio organizador da ordem cosmológica. Enquanto Demócrito introduz impulsos externos como causas do movimento dos átomos, Epicuro atribui ao átomo a capacidade de movimentar-se de modo autônomo. A capacidade de um movimento autônomo não precisa recorrer a um impulso externo; um fato que fez com que Marx preferisse a teoria epicurea.

Não é este o lugar para questionar a argumentação de Epicuro. O que importa é constatar que a avaliação de Marx apoia-se na função do átomo como princípio último da explicação da ordem dada; função essa que a argumentação de Demócrito não consegue acertar.

As considerações fecham com a função do conceito ideologia. Se tomarmos o sentido literal desse termo - o logos da ideia - a sério, perceber-se-á que se fala da ordem (logos) dada segundo uma ideia. A realidade é vista como concretização da ideia. A ideologia enxerga e interpreta a ordem em concordância com a ideia por ela pressuposta. Querer entender a realidade significa tomar a ideia que lhe subjaz a sério. Ao partilhar essa visão, Marx segue um aviso do mestre Hegel que, na sua *Ciência da Lógica*, recomendou: "A verdadeira refutação precisa entrar na força do adversário e colocar-se no âmbito de seu vigor; ataca-lo fora dele e obter razão onde ele não está não promove a causa" (ver vol.3. "Do conceito em geral"). Entregar-se, primeiro, à perspectiva do adversário para poder combater-lo - só deste modo chegamos ao cerne fraco da teoria investigada e, junto, ao cerne fraco da ordem dada. Importa aí ver que o aviso de Hegel instrumentaliza a própria ideologia para criticá-la.

Marx não apenas aceitou o conselho de Hegel. Mais do que isso. Ao longo da elaboração da crítica da economia política, a exposição do logos da economia capitalista, n' *O Capital*, servir-lhe-á de meio para mostrar que o capital não consegue cumprir o pretenso



papel de ideia organizadora da sociedade capitalista como um todo.

Filosofia e Economia – uma simbiose necessária

O projeto de testar a relevância da filosofia para a fundamentação da crítica da sociedade liberal-burguesa perpassa toda a obra de Marx. Não é exagerado afirmar que é o instrumentário filosófico que o leva a elaborar os fundamentos da crítica político-social. Talvez a tese surpreenda aqueles leitores que vêm em Marx, antes de tudo, o teórico da economia na luta contra o espírito capitalista e em favor de uma sociedade mais justa. Eles esquecem, porém, que somente graças ao referencial filosófico de seus raciocínios a luta contra o sistema capitalista recebe uma base sólida de argumentação. Na carta ao pai, do dia 10 de novembro de 1837, o jovem estudante já se pronunciava neste sentido: “De novo tornou-se bem claro para mim a impossibilidade de penetrar (na ciência) sem a filosofia”; convicção essa que ele faria valer, com rigor, em todas as etapas da elaboração de seu projeto crítico.

Ora, o papel importante da filosofia na crítica da economia política deve-se a uma característica da economia enquanto ciência: ela é a ciência que trabalha com fatos e relações quantitativas, calculáveis e expressas em números. Investimentos, relação entre input e output, custos de mão de obra, lucro etc. obedecem ao que Hegel chamou, na nota do §189 de sua Filosofia do Direito, “os princípios simples da coisa, o entendimento nela ativo e reinante”, isto é, sem referência ao ser humano. Em consequência disso, a conceituação da econômica não pode tematizar questões propriamente ditas sociais e, menos ainda, ético-morais. Quem se interessar por questões sociais precisa olhar atrás dos fatos econômicos e usar outra terminologia. A crítica da economia política não se articula nos termos econômicos; ela depende de uma teoria capaz de falar das condições humana que não são alcançados pela ciência econômica. Eis o motivo que levou Marx a apostar na filosofia como base do projeto da crítica. Para ele, a tarefa de fundamentar a crítica transforma-se na demonstração do caminho ao longo do qual o logos econômico perde de vista o que não se enquadra no cálculo quantitativo. (FP)

É claro que a preferência pela crítica necessariamente filosófica da economia capitalista não foi uma inspiração repentina. Ela resultou de um longo caminho de investigação, no qual Marx viu-se obrigado tanto a intensificar os estudos da filosofia quanto a acompanhar os debates de seu tempo sobre questões econômicas. O primeiro desafio levou ele a mergulhar sempre de novo na filosofia hegeliana, ao passo que, para vencer o segundo, ele contou com o apoio de F. Engels. Foram de fato necessárias várias etapas de tentativa e erro até Marx ter encontrado n’O Capital a metodologia definitiva de seu projeto da crítica social; esforço este que desembocaria numa metodologia até hoje modelar para as ciências sociais e humanas. Para entendê-la melhor lembrarei, em seguida, os passos de sua elaboração.



A caminho do método da crítica social

Como mencionado antes, a Tese de doutorado sobre as duas vias de fundamentação no atomismo grego – opondo Demócrito e Epicuro - discute um aspecto que se revelaria essencial para a elaboração posterior do método de crítica. Vimos que o critério da avaliação das duas posições é simples: a explicação do logos do cosmos só convence quando concebido a partir de um único princípio pressuposto, sem necessidade portanto de recorrer a um fator de fora.

É pouco provável que Marx já tivesse adivinhado naquela época a importância do resultado da Tese para seu posterior projeto crítico. Mas olhando atrás, a correspondência entre o foco da Tese de 1841 e a estrutura d' O Capital dos anos sessenta salta aos olhos. Pois no seu último livro, Marx expõe a realidade social a partir da perspectiva exclusiva do logos do capital que o leva a acessar a então sociedade mediante a conceituação quantificadora da economia. Uma escolha que remete ao argumento nuclear da Tese, fazendo dela uma peça importante para entendermos a dificuldade metodológica, com a qual Marx lutou no caminho em direção à crítica social de seu tempo.

A afirmação de Marx ter dado primazia à fundamentação filosófica da crítica político-social legitima-se também pelos escritos dos anos 1843/4. Pois a maioria desses textos faz referências constantes ao projeto da crítica. Aí, a escolha da filosofia política de Hegel como alvo da crítica de Marx é compreensível na medida em que ela seja considerada a expressão correta de sua época. Menos evidente, no entanto, é o fato de Marx defender, ao mesmo tempo, Hegel contra as críticas acirradas, lançadas pelos colegas da esquerda. Embora concordando com essa turma quanto à necessidade de revolucionar o dado sistema político, Marx acha que esses rebeldes não sabem que o projeto revolucionário precisa, antes, de uma crítica do status quo da sociedade. O texto “A Sagrada Família - crítica da crítica crítica” trata disso. Já o título alude à dificuldade de entender as condições de uma crítica social válida. Uma crítica que, de uma vez só, deveria dirigir-se contra a filosofia política hegeliana, contra os economistas de sua época, contra os socialistas utópicos e, como se isso não bastasse, legitimar a necessidade da reviravolta radical das condições de vida sob o regime do capital.

Enquanto o idealismo de Hegel e a incompreensão da lógica do capital por parte dos economistas nacionais podem ser vistos como alvos naturais do projeto crítico de Marx, o ataque aos hegelianos da esquerda, isto é, aos colegas envolvidos na mesma luta contra a sociedade capitalista em ascensão, exige uma legitimação específica. O argumento que Marx joga contra os colegas do Doktorklub parece surpreender; ele recorre ao aviso já referido do próprio Hegel, isto é, do filósofo defensor da sociedade liberal que é alvo da crítica: seria necessário infiltrar-se nos argumentos lógicos do inimigo para poder combatê-la. O aviso da Ciência da Lógica requer que a verdadeira crítica não se legitime a partir de um ponto de vista alheio à posição criticada, pois uma tal postura desembocaria em mera luta entre ideologias. A crítica exigiria, ao contrário, tomar a argumentação da teoria



investigada a sério. Para Marx, o aviso significa reconhecer a necessidade de desvendar, num primeiro passo, o espírito da economia capitalista antes de poder criticá-lo.

Os textos do ano 1844, publicados mais tarde como Manuscritos econômico-filosóficos, dão os primeiros indícios para solucionar a tarefa visada. Expondo a origem dos fatos econômicos mediante a conceituação filosófica, os textos expõem os limites da conceituação econômica como meio da investigação das relações sociais; cito: “Principiamos com os pressupostos da economia política. Aceitamos a sua terminologia e as suas leis. (...) A economia política parte do fato da propriedade privada. Não o explica.”(C 137) Marx chega à conclusão de que a explicação ou, melhor, a compreensão dos fatos econômicos passa pela interpretação filosófica do processo que os produz. Somente assim abrir-se-ia a chance de criticar o modo de sociabilidade no mundo capitalista. Devido a esse raciocínio, Marx sente-se legitimado a condenar a base meramente ideológica das utopias lançadas pelos demais jovens socialistas, ainda que estes se engajassem também na luta contra a economia capitalista.

O subtítulo d’A Sagrada Família joga com equívocos causados pelo conceito da crítica: Crítica da Crítica crítica. A crítica da dada ordem social esvazia-se quando ela se satisfaz com a projeção de utopias sociais abstratas, no sentido grego de u-topos: sem lugar na realidade. É o que aconteceu. Negligenciando as condições concretas, isto é, o espírito da capital, os jovens socialistas não enganaram apenas seus seguidores, senão e sobretudo a si mesmos. Pois opor utopias abstratas à realidade vivida não passa de um jogo entre ideologias sem mudar nada. Nisso Marx vê as maiores falhas na postura dos demais colegas defensores de uma nova ordem social.

Até essa fase de seu pensamento, a crítica lançada por Marx contra os jovens hegelianos aponta ex negativo no que a postura crítica não deveria desembocar, ou seja, numa oposição cega ao status quo da sociedade. No entanto, a crítica não deveria satisfazer-se com a mera constatação das falhas do pensamento utópico. Como crítica válida, ela deveria indicar também caminhos para vencer o status quo. Para dar o primeiro passo nessa direção, Marx toma a Filosofia da Miséria, - texto apresentado por P.-J. Proudhon em 1846 e muito bem acolhido na França – como pedra-de-toque para anunciar um método de crítica capaz de desenhar o caminho para a transformação da realidade vivida.

Não é preciso reconstruir os detalhes da argumentação que Marx objeta à “análise” proudhoniana. Basta mencionar que ele observa uma certa ingenuidade na articulação do projeto político-social deste autor. Proudhon fantasiaria sua utopia socialista-igualitário sem ter entendido a lógica e dinâmica inerente à sociedade de sua época. Marx contrapõe a Proudhon sua descoberto do trabalho alienado como verdadeira base social das relações econômicas, impostas pelo logos do capital. Sem levar em consideração tais condições sociais concretas, Proudhon teria construído apenas um castelo no ar, cuja realização é descartada. Aí a surpresa: Marx caracteriza essa utopia uma “má metafísica”. Porquê esse recurso à metafísica? Será que é possível, neste contexto, falar de uma “metafísica boa”? Ora, diante dos fatos econômicos, essa expressão não parece fazer muito sentido. Marx,



porém, insiste em usa-la. Ele acredita na validade da exposição metafísica para dar à crítica da sociedade capitalista não apenas um fundamento firme, senão, também, o impulso para mudar o reino do capital; cito: “Eis-nos em plena Alemanha! Teremos de falar a linguagem da metafísica, sem abandonar a da economia política. E ainda aqui apenas seguimos as contradições do sr. Proudhon.”(MF 101)

Se quisermos entender a ideia que Marx está lançando ao discutir a posição de Proudhon, vale lembrar a função do termo metafísica. Tem-se na teologia sua expressão modelar, pois ela remete à ideia da onipotência de Deus: a metafísica reconduz nossas experiências a um único princípio fazendo com que a ordem real seja vista como efeito deste princípio; um método já usado por Marx, como se viu, na Tese de doutorado. O convite de “falar a linguagem da metafísica sem abandonar a da economia” para desvendar a lógica do capital propõe uma interpretação da sociedade como se ela fosse subordinada a um único princípio econômico, chamado capital. A sociedade vista como se fosse apenas o objeto de manipulação desse princípio – eis a ficção genial, à base da qual Marx dará os próximos passos.

Em consequência do dito, Marx toma a sociedade capitalista ao pé da letra. Sua análise da sociedade, que se adscreeve o predicado capitalista, trabalha com a suposição de que o capital funcione como seu princípio ordenador exclusivo.

Pergunta-se, então, o que se entende com esse princípio chamado capital. À primeira vista, o conceito é vazio e sem conteúdo concreto; falta-lhe um referencial objetivo. Abstrato e por isso mesmo aberto às mais diferentes interpretações, sua determinação objetiva torna-se alvo da investigação. Para cumprir essa tarefa, Marx volta a lembrar o modo de exposição encontrado na Ciência da Lógica do mestre Hegel. Uma obra cuja releitura intensa nos anos 60 do século XIX levou Marx a explorar as etapas de concretização do pensamento que, por si só, se apresenta como conteúdo abstrato. Em analogia com o procedimento de Hegel, ele vê a chance de reconstruir os passos da objetivação do capital na sociedade liberal-burguesa. No entanto, o que que tudo isso tem a ver com a questão de como fundamentar a crítica social?

Até agora, chegamos à seguinte constelação: constatamos a suspeita de Marx de ter que recorrer à filosofia para entender a lógica e dinâmica da economia. Temos, numa segunda etapa, o apelo de que seria necessário usar o modelo metafísico de exposição para revelar o logos da economia capitalista. Resta agora – terceiro - saber como Marx aplica esse instrumentário teórico para extrair de seu modelo de crítica uma perspectiva de transformação social.

A resposta a essa questão não é nada simples pois, como já foi dito, o tipo de argumentação é extraído da filosofia de Hegel; uma filosofia que, como toda metafísica, tem caráter afirmativo. Parece, então, que o modelo metafísico fecha qualquer fresta para legitimar uma crítica. Ainda assim, Marx experimenta com esse modelo na sua primeira tentativa de apresentar a lógica inerente à sociedade capitalista. Ao longo das investigações, publicadas mais tarde como Grundrisse, ele apoia-se no caminho de exposição usado por



Hegel. De acordo com a linha de exposição da Ciência da Lógica, Marx reproduz o esquema tripartite do mestre: Ser – essência – conceito, na exposição das etapas de concretização do capital, mas ainda sem se dar conta da armadilha criada pelo gesto afirmativo da argumentação metafísica. Pois iniciando com o Ser do capital – o dinheiro –, ele passa a refletir sua essência - o dinheiro enquanto capital -, para perceber, de repente, que ele está a caminho de confirmar o capital como verdadeiro princípio estruturador da sociabilidade liberal-burguesa. Se ele levasse esse caminho até o fim, ele não teria mais a chance de lançar um olhar crítico para a sociedade capitalista. Então, a situação torna-se complicada. Só driblando o caráter afirmativo da metafísica, Marx pode continuar apostando na linguagem metafísica para criticar a realidade. Uma complicação que leva Marx a reconsiderar o modo de “falar a linguagem metafísica sem abandonar a da economia política.” O autor d’O Capital inverte os passos de exposição. Ele inicia a exposição com a segunda etapa da Ciência da Lógica, isto é, com a questão da essência: a aparência do capital - a massa de mercadorias – esconde sua estrutura essencial; estrutura essa que precisa ser detectada. A primeira frase d’O Capital reflete isso; cito: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria particular como sua forma elementar. Nossa investigação se inicia portanto com a análise de mercadoria”. Analisar uma forma elementar é possível? Sim, mostrando o essencial que se esconde na aparência... Assim, Marx acredita poder salvar a função crítica da argumentação metafísica sem sucumbir ao seu gesto afirmativo.

Querendo conciliar o caráter afirmativo da exposição metafísica com a legitimação da crítica social, Marx encontra uma solução tanto simples quanto sutil. Ele faz do mal um bem e decide tomar o auto-entendimento da sociedade capitalista ao pé da letra. Para ele, o predicado capitalista aponta ao fio condutor da construção dessa sociedade, que se vê comprometida com a ordem, isto é, o logos nela inscrito pelo capital. O título do livro O Capital expressa essa perspectiva, dando a entender que a exposição precisa apenas acompanhar as etapas da concretização do capital como se fosse o princípio metafísico e único fio condutor da ordem social. Essa ficção, que leva ao uso exclusivo da linguagem econômica, toma a sociedade como mero epifenômeno da lógica do capital.

A necessidade de “falar a linguagem metafísica” quando se trata de apresentar o espírito da economia capitalista confronta-nos com uma experiência inesperada. A fixação na conceituação econômica aborda apenas partes da realidade social que são quantificáveis e calculáveis, deixando outras fora de seu alcance. O capital, cujo logos se expressa somente na conceituação econômica, não consegue impor-se à sociedade como um todo. Muito pelo contrário, ele sofre ameaças permanentes de ver sua suposta onipotência contestada. São os elementos incomensuráveis com o logos do capital cuja ativação é capaz de iniciar a transformação social. Por isso, Marx interessa-se pela exposição metafísica da economia capitalista na medida em que ela aponta, mediante seu gesto afirmativo, o que dela escapa. Marx quer tornar visível as relações sociais que não são abordadas pela linguagem econômica e que, por isso mesmo, podem ser ativados para resistir ao sistema dado. É aí



que a teoria de revolução encontra sua razão de ser.

“Deus sive capital” – essa seria a fórmula adequada para expressar o caráter meramente fictício do poder absoluto do capital. Uma fórmula que está sendo testada e, finalmente, desaprovada pelo método metafísico de apresentação. Resumindo: A verdadeira crítica precisa da exposição metafísica do logos do capital para identificar o que foge de seu alcance; somente assim, ela poderá alimentar uma utopia social concreta, enraizada no próprio status quo da sociedade liberal-burguesa.

Como se vê, a astúcia de Marx consiste em tomar a sério o que a sociedade capitalista pensa de si mesma para mostrar que seu auto-entendimento é enganoso. Supondo o capital como princípio único de nossa sociabilidade, Marx revela a restrição de seu alcance objetivo. Deste modo, ele abre o caminho para uma crítica que pode renunciar a qualquer critério de avaliação trazido de fora. O uso da “linguagem metafísica” leva ao tipo modelar da crítica imanente, aumentando assim sua convincibilidade. A partir daí entende-se a observação no posfácio à segunda edição d’O Capital, onde se lê: “A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel, não impede, de modo algum, que ele tenha apresentado, antes, suas formas de movimento em geral de modo abrangente e consciente”. A metafísica como instrumento da crítica gera o tipo exemplar da crítica social que ainda hoje corrige o abuso de um positivismo puro nas diversas áreas sociais de nosso saber. Eis o legado metodológico que Marx deixou para nós.

Ecos no pensamento contemporâneo

A ideia da crítica, lançada por Marx, certifica-se do espírito reinante no campo investigado como passo primordial de qualquer crítica social. Esse procedimento exemplar encontra vários ecos nas ciências políticas e sociais de hoje. Restrinjo-me a mencionar, finalmente, apenas três exemplos.

O primeiro exemplo trata da contribuição de Marx ao combate de qualquer postura meramente ideológica. Todos nós conhecemos a frustração que resulta dos debates entre ideólogos não dispostos a ouvir um ao outro! Sua surdez resulta da restrição do debate à defesa árdua dos pressupostos que sustentam as respectivas posições em jogo. Aí, os confrontos servem a insistir nas próprias convicções, em vez de levar os interlocutores a repensa-las diante de argumentos divergentes. Contra essa postura ideológica, o modelo de crítica defendido por Marx não obriga o crítico apenas a abrir-se ao espírito do pensamento divergente; ao toma-lo a sério, ele vê-se forçado também a refletir e, se necessário, a revisar sua própria posição. Ao denunciar a falta de reflexividade de quem insiste no fundamento inquestionável de seus argumentos, Marx indica o caminho que nos leva à verdadeira crítica de ideologia; caminho este que aposta na reflexão filosófica como momento constitutivo da crítica social.

O segundo exemplo lembra a origem da Teoria Crítica, isto é, da assim chamada Escola de Frankfurt. Ela remete ao tipo de crítica elaborado por Marx. Dá para dizer que



o método marxiano da crítica de ideologia tornou-se a raiz mais forte dos frankfurtianos. Não que eu queira negligenciar a psicanálise como outra importante fonte inspiradora. No entanto, os representantes da tradição neomarxista reconhecem unanimemente o mérito de Marx de ter revelado o caráter repressivo do capital devido à descoberta da deformação das relações sociais, da qual o capital precisa para se auto-afirmar. Revogar essa deformação significa, então, opor-se ao pretensu domínio do capital. Nisso, a Teoria Crítica vê seu objetivo principal. O fato de o método de crítica imanente, por ela adotado, não ter de recorrer a externos critérios normativos para sua legitimação, indica o caminho necessário da luta pela emancipação do homem: vencer o poder do capital depende da ativação dos potenciais reprimidos do ser humano. Desde M.Horkheimer e Th..Adorno, os representantes da Teoria Crítica vêm na visualização e ativação desses potenciais o objetivo primordial de seu trabalho.

Igualmente estimulada pelo método metafísico da crítica social é a filosofia política contemporânea. Aos seus conceitos chave como soberania, liberdade, povo, e.. o. atribui-se a função de princípios que, na verdade, só servem de tipos ideais (Max Weber) para a análise do cenário político-social. Um exemplo: a crítica do (neo)liberalismo pressupõe a ideia de liberdade como fio condutor da reconstrução da sociedade. Deste modo, sua exposição concebe somente as relações sociais construídas pela vontade livre dos homens; ela não têm como tematizar relações sociais coisificadas. A crítica leva-nos a entender que a sociedade liberal é caracterizada pelo convívio de duas áreas opostas, porém complementares; a saber, a área do reconhecimento da liberdade – garantida pelo Estado do direito – e a da coisificação das relações sociais – criada pela economia capitalista. Uma área não pode existir sem a outra. Uma constelação que provocou o debate político sem fim sobre a relação entre Estado do direito e Estado do bem-estar social; ou o risco de passar os limites de sua legitimação que o Estado do direito corre quando quer interferir no campo econômico via legislação. Somente tomando o auto-entendimento da sociedade liberal ao pé da letra chegamos ao cerne da tensão que subjaz à sociedade contemporânea e seu ímpeto de globalização.

Repito: a verdadeira crítica social precisa do modo metafísico de argumentação para não cair na postura meramente ideológica. Pois somente assim é possível enraizar a crítica na posição criticada e apreender dela. Marx chegou a um modelo de crítica, cuja relevância vem aumentando na medida em que as mais diversas ideologias - sociais, religiosas, culturais - procuram impor-se como fontes de legitimação do poder político. A luta entre ideologias tem de ser substituída pela crítica de ideologia – eis o legado de Marx, cuja importância vem crescendo em nossa época.



REFERÊNCIAS

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993. (com a Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel e a Crítica da Dialética e da Filosofia de Hegel)

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. (MF)

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Sagrada Família**: ou Crítica da Crítica crítica. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

MARX, Karl. **Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo: Global Editora, s/d.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, vol. I, São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Cit. C) ver, também, a edição do 1º livro d'O Capital, da Editora DIFEL, São Paulo 1982.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemão** (contra L. Feuerbach, Bruno Bauer e Marx Stirner, 1846). São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.

FLICKINGER, Hans-Georg. O sujeito desaparecido na Crítica da Economia Política. **Revista Filosofia Política**, v.1, Ed. L&PM, Porto Alegre 1984, pág. 9-24.

FLICKINGER, Hans-Georg. **Marx e Hegel** – o porão de uma filosofia social. Porto Alegre: Ed. L&PM/CNPq, 1986; cap. 2.

FLICKINGER, Hans-Georg. **A Filosofia Política na Sombra da Secularização**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016; cap. 3.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.



FLICKINGER, Hans-Georg. Crítica e metafísica: o legado filosófico de Karl Marx. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, set.-dez., 2017, p. 113-123.